

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº32 • JANEIRO/FEVEREIRO • 2023

TRABALHADORES E ESTUDANTES UNIDOS!

GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO JÁ!



OS PROFESSORES ERGUEM-SE CO É PRECISO CONSTRUI DA EDUCAÇÃO!

Primeiro Orçamento do Estado (OE2023) enquanto governo com maioria absoluta e o PS avança com um corte de 600 milhões de euros na educação — tão grande quanto o feito durante a troika pelo governo de Passos Coelho. A preparação da municipalização do ensino, o que significa a sua destruição, é o culminar de uma década de ataques à escola pública que começou com despedimentos, fechos de escolas públicas, precarização e rebaixamento das condições de trabalho dos professores. É este o pano de fundo para as atuais greves e manifestações de professores, as maiores dos últimos anos.

O rebaixamento das condições de trabalho dos professores aconteceu a uma velocidade desenfreada. Sem investimento, multiplicaram-se as escolas sem materiais de ensino ou infraestruturas adequadas, onde até chove ou faz frio. As 35 horas semanais de trabalho são uma mentira. A “componente não-lectiva” inclui aulas de apoio, reuniões pedagógicas e acções de formação e reuniões de conselhos de turma, tendo muitos professores ainda tarefas enquanto directores de turma, bibliotecários, etc. Isto para além da preparação das aulas, testes, correcções, que muitos acabam por ter que fazer em casa, em horário não remunerado. Como se não bastasse, o

Ministério da Educação chegou a obrigar professores a trabalhar horas extraordinárias para colmatar vagas que ficaram por preencher ou substituir colegas de baixa. É uma sobrecarga de trabalho brutal.

A isto junta-se a precarização que o Estado burguês estendeu também aos funcionários públicos em início de carreira, sendo os professores particularmente afetados. Hoje 1 em cada 4 professores do 3º Ciclo e Secundário são precários, estando a contratos. Os horários de muitos destes professores são uma manta de retalhos dividida entre várias escolas. As “férias de verão”, já sem salário, são passadas à procura de trabalho para o ano seguinte, na incerteza de conseguir uma colocação ou horários completos. Inerente à precariedade estão os problemas sociais e financeiros de poderem ser colocados numa cidade a centenas de quilómetros — com os custos com os transportes e as rendas caríssimas, o desgaste físico e tempo gasto em viagens e o desgaste emocional de estar longe da família e amigos.

Para escapar à precariedade um professor tem de conseguir colocação com horário anual completo durante 3 anos consecutivos na mesma escola, estando esta obrigada a abrir vaga para o quadro (“norma-travão”). Um requisito quase impossível

de alcançar, arrastando-se a precariedade durante anos ou até décadas, como se percebe pelo chocante facto da idade média de entrada na carreira docente ser de 45 anos! Aqueles que conseguem entrar têm ainda de lidar com todo o tipo de artimanhas do governo para que não progridam, desde a recuperação apenas parcial do tempo de serviço para contagem na progressão da carreira à existência de quotas que apenas permitem que 1 ou 2 professores progridam por escola. Assim se explica que metade dos professores efetivos ainda se encontram entre o 1º e o 4º escalão da carreira, de um total de 10, recebendo entre 1000€ e 1350€ líquidos. Desde 2010 os salários dos professores só foram aumentados 2 vezes, ambas recentemente e em menos de 1%, o que, a par com a atual inflação, significa uma diminuição de poder de compra de mais de 20% em 12 anos. Mesmo em horário completo muitos professores precisam de um 2º emprego para pagar as contas.

Trabalhar muito, sem condições e ganhar pouco — é este o retrato do que é ser professor em Portugal. Segundo um inquérito nacional feito em 2018 a cerca de 19.000 professores mais de 45% dos inquiridos apresentavam sinais preocupantes de *burnout* e 80% queriam

a reforma antecipada. A terrível gestão da pandemia nas escolas nos últimos anos atrasou a aquisição de competências dos alunos e aumentou a pressão a que os professores estão sujeitos, fazendo disparar estes números. São claras as razões pelas quais muitos professores abandonaram a profissão — 10.000 na última década segundo a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) — e a esmagadora maioria não incentiva os jovens a entrar na carreira.

Com uma crise em mãos o governo aplica medidas paliativas, deixando por resolver todas as bases materiais que levam à falta de professores enquanto lança novos ataques aos professores e à escola pública

Mas para os jovens a falta de condições está ainda mais a montante. Os mestrados em ensino — obrigatórios para se poder concorrer ao concurso nacional para professor do 3º Ciclo e Secundário — têm propinas anuais que rondam os 1200€ e aulas espalhadas pelo dia, incompatíveis com um horário de trabalho. Perante uma nova crise capitalista — que fez disparar o número de estudantes que têm o pagamento das propinas em atraso — muitos jovens desistem do curso ou, recém-licenciados,

ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@esqrevpt](https://www.instagram.com/esqrevpt) [@EsqRevPT](https://twitter.com/EsqRevPT)

CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO. POR UMA GREVE GERAL

não têm outra opção que não seja começar imediatamente a trabalhar. Outros preferem procurar trabalhos que oferecem melhores salários e condições laborais. Dos licenciados em cursos com grande empregabilidade como Física e Química ou Informática apenas cerca de 20 escolhem seguir o curso de ensino todos os anos.

Assim, hoje os professores formados anualmente são menos 70% do que em 2001. Como resultado Portugal tem os professores mais velhos da OCDE: 3 em cada 4 com mais de 50 anos e apenas 2 em cada 100 com menos de 30 anos. A vaga de professores que entrou na escola pública nos anos que se seguiram à Revolução Portuguesa está a reformar-se, tendo sido batido o recorde de reformas no ensino o ano passado. Segundo um estudo recente quase 60% dos professores se vão reformar até 2030. Seria necessário contratar cerca de 35.000 novos professores até lá, número impossível de atingir ao ritmo de formação atual.

O resultado foi um novo início de ano lectivo desastroso. Segundo Mário Nogueira,

dirigente da FENPROF, 80.000 alunos ficaram sem professor a pelo menos uma cadeira na primeira semana de aulas. Resolver a crise da falta de professores exigiria um investimento colossal na educação, o que chocaria de frente com o sistema capitalista — algo impensável para o governo burguês do PS. Sem seguir esta via, o mais que conseguiu fazer foi avançar com alguns paliativos circunscritos às regras de colocação dos professores.

Os professores são inicialmente colocados a partir da reserva nacional de recrutamento, ordenada segundo a média obtida na formação. Se ao fim de duas rondas uma escola ainda tiver posições em aberto passa a ser da responsabilidade do seu director encontrar candidato/a através de anúncios. O Estado impedia-os até agora de concorrerem novamente se já recusaram colo-

cações num ano letivo — o que acontece com frequência por serem colocados em localidades distantes ou em vagas com poucas horas semanais. A falta de professores obrigou o governo a levantar esta penalização este ano — que não passava de uma tentativa descarada de fazer os professores aceitarem qualquer trabalho, diminuindo as condições de trabalho de todo o sector — mas dos 5.000 professores abrangidos apenas 1.850 mostraram vontade de regressar. O governo permitiu ainda que os directores das escolas contratassem

licenciados sem o mestrado em ensino, mas bloqueando a entrada na carreira, assegurando logo à partida a precarização desta nova camada de professores.

Em vez de procurar resolver de facto a crise da falta de professores, o governo aproveita para usá-la como subterfúgio para lançar um novo ataque à escola pública. Ainda em setembro o Ministro da Educação João Costa anunciava que os directores poderiam escolher os professores a incluir no quadro da sua escola, ignorando o concurso nacional, e em novembro avançava com a proposta de que ficaria a cargo de conselhos locais de directores contratar um terço dos professores. Ficam assim com o poder de escolher que professores colocar e re-



jeitar, abrindo a porta a favorecimentos. Um aprofundamento de poder na figura do director e, por conseguinte, da falta de democracia nas escolas. Décadas depois da Revolução Portuguesa ter democratizado as escolas e varrido com a figura salazarista do director, eis que o PS a quer trazer de volta como farsa, “director-CEO”, adaptada ao *Zeitgeist* da actual ditadura do capital.

Mas a verdadeira intenção é mais perversa: nada menos que dar o primeiro passo em direcção à municipalização das escolas. Seria o início de uma educação a várias velocidades no país, ficando a cargo de cada autarquia quanto investe em cada escola ou mesmo se as privatiza, abrindo o caminho ao aumento da precariedade e abaixamento de salários e condições dos professores e restantes profissionais do ensino. Em suma, a completa destruição da escola pública. É em sua defesa que se levantam agora os professores.

Um sindicalismo democrático e combativo é um avanço, mas para defender a escola pública é preciso mudar todo o sistema!

A FENPROF convocou uma primeira greve para 2 de novembro, que teve 90% de adesão. Mas dando sempre preferência às negociações à porta fechada em detrimento da luta nas ruas e locais de trabalho — a única que faz de facto avançar a organização e consegue alcançar ganhos significativos — a ideia da FENPROF era a de arrefecer os ânimos, convocando apenas uma manifestação, sem greve, para dali a 4 meses, no início de março. É este o papel das burocracias sindicais: aplicar todo e qualquer tipo de manobras para garantir a paz social. Afinal, cada vez mais financiados pelo Estado burguês — que acreditam ser um moderador neutro entre capital e trabalho e não a ferramenta da burguesia

que tem como função gerir os interesses desta classe — os seus lugarzinhos dependem da manutenção do *status quo*.

Mas os ataques do governo significam guerra aberta. A direcção da FENPROF subestimou completamente a insatisfação dos professores face ao seu boicote e a vontade de levarem a luta avante. Quando o Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (STOP), um sindicato independente, mostrou ser a única via para o fazer, marcando uma semana de greves que culminou com uma manifestação dia 17 de dezembro, a resposta foi massiva: dezenas de piquetes construídos por comissões de greve espalhados por escolas do país durante a semana e dezenas de milhares de professores no largo da Assembleia da República, em Lisboa, no sábado.

O STOP constrói as greves de baixo para cima, organizadas por comités de greve em

cada escola, que discutem as reivindicações e organização das questões logísticas. Para além disso os dirigentes só estão mandatados para assinarem acordos com o governo depois de os discutirem com as bases. É em parte a explicação para a resposta massiva: os professores tomaram nas suas mãos a construção da greve, tornando-a verdadeiramente sua. O STOP está ainda a unificar as lutas do ensino, tendo convocado greve também para os trabalhadores não docentes, a convidar outros sindicatos a unir forças e a mobilizar os alunos, as famílias e outros sectores em defesa da escola pública. Assim se constrói um sindicalismo democrático e combativo!

O oposto dos sindicatos burocráticos da CGTP, cujas greves são marcadas e organizadas apenas pela direcção, as lutas compartimentalizadas por profissão e região, e os acordos assinados à porta fechada. O governo, contando com as





direções da CGTP para travar a luta na rua, foi apanhado de surpresa. Desde então o ministro da Educação não tem poupado esforços em atacar o STOP, chegando ao cúmulo de convocar um conferência de imprensa de emergência para descredibilizar os seus dirigentes, chamando-os de mentirosos e alegando que “não passa pela cabeça de ninguém fazer essa transferência de competências [para as autarquias]”. Mas o governo julga-nos idiotas, quando está a avançar com o mesmíssimo plano na saúde? A virulência da sua resposta não é por acaso: um sindicalismo combativo capaz de inspirar outros sectores a seguir-lhe as pegadas, unificando as lutas em manifestações de massas é um gigantesco perigo para o governo de maioria absoluta do PS. A prova disso mesmo é que há uns dias o ministro da Educação se viu obrigado a desistir dos conselhos de diretores para tentar travar a luta e comprar tempo. Não é motivo para abrandar a luta, pelo contrário, há que aproveitar o *momentum* criado para construir uma greve geral da educação e reconquistar direitos!

O confronto entre professores e governo faz parte uma luta de classes mais ampla, entre trabalhadores e burguesia. Décadas de governos burgueses destruíram grande parte do que a nossa classe conquistou na Revolução portuguesa, chegando agora ao ponto de pôr em causa a educação e saúde públicas através do desinvestimento e ao preparar a sua municipalização e privatização. Mas é precisamente este o caminho a seguir: unificar as lutas da educação, saúde, transportes, etc, numa greve geral que defenda serviços públicos gratuitos e de qualidade, aumente os salários e combata a precariedade de toda a classe trabalhadora. Deve ser esta a prioridade de todos os sindicatos combativos! Mas pô-lo em prática significa chocar de frente com os interesses do capital e implica a direção revolucionária de um partido dos trabalhadores munido de um programa socialista claro, que recuse o cretinismo parlamentar e reconheça as ruas e a luta de massas como único meio capaz de transformar radicalmente a sociedade e dar uma vida digna aos trabalhadores. É preciso

construí-lo!

Defendemos:

1. Democracia nas escolas! Criação de comités de trabalhadores do ensino e alunos que giram de forma democrática as escolas, a única forma de garantir um ensino de qualidade, sem exploração e opressões.

2. Fim da precariedade e das Empresas de Trabalho Temporário! Contratação direta e coletiva por estes comités de todos os trabalhadores das escolas, com condições e salários dignos.

3. Fim da escola privada! Nacionalização sem indemnização de todos os colégios privados.

4. Fim das propinas! Educação superior gratuita e com bolsas de estudo para permitir a formação adequada de uma nova geração de professores.

5. Nacionalização sem

indemnização de toda a banca de forma a garantir os recursos para a execução destas medidas e a colocar a gigantesca riqueza acumulada durante décadas pelos capitalistas ao serviço do bem-estar da esmagadora maioria da população.

SOLIDARIEDADE COM OS PROFESSORES E TRABALHADORES NÃO DOCENTES DA EDUCAÇÃO!

TODOS E TODAS À MANIFESTAÇÃO NACIONAL PELA ESCOLA PÚBLICA!

JUNTA-TE À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA!



REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO PERU: As massas encostam às cordas o governo golpista.

Miguel Campos
Esquerda Revolucionária
Internacional

O golpe organizado pela oligarquia peruana e o imperialismo estado-unidense desencadeou uma insurreição. Enquanto escrevemos estas linhas [18/01/2023], centenas de milhares de jovens, trabalhadores e camponeses marcham para Lima exigindo a renúncia da golpista Boluarte e a dissolução do Parlamento dominado pela direita e extrema-direita que a apoia.

Depois de perpetrar um sangrento massacre com quase 60 trabalhadores e jovens mor-

tos e centenas de feridos pelo exército e pela polícia, o governo usurpador decretou recolher obrigatório na região sul de Puno e o estado de emergência em várias áreas do país, incluindo a capital.

As massas resistem heroicamente

Como explicamos em artigos anteriores, o governo estado-unidense de Joe Biden, que foi decisivo na organização deste golpe, em vez de escolher como face visível do mesmo extremistas de direita como Keiko Fujimori, José Williams (presidente do parlamento) ou o presidente da câmara de Lima, o

fascista López Aliaga, usou Boluarte, vice-presidente do próprio Castillo.

Ao colocar esta renegada da esquerda à frente do governo, esperava não repetir fiascos como os da Venezuela e da Bolívia, e disfarçar de “democrático” um governo fantoche ao seu serviço. Apoiando-se na social-democracia internacional, tendo à frente o presidente espanhol Pedro Sánchez e o chileno Gabriel Boric, apresentaram Boluarte como o garante da democracia contra o “golpista de esquerda Castillo”. Era um bom plano, mas a revolta popular frustrou-o.

Esta montagem só enganou alguns líderes da nova esquerda reformista internacional (e até do próprio Peru), que responderam pedindo a Boluarte “diálogo” e “medidas sociais”. As massas entenderam imediatamente do que se tratava e saíram às ruas, com marchas e greves de massas, exigindo a saída do governo golpista e do Parlamento e enfrentando heroicamente a brutal repressão.

A 3 de janeiro, a classe dominante, depois de semanas denunciando “as ações de grupos terroristas”, organizou mobilizações “pela paz” e “contra a violência” tentando agrupar as bases da contra-revolução. O

resultado foi um fracasso terrível. A greve por tempo indeterminado contra o golpe e as manifestações de massas atingiram um nível superior, experimentando um salto qualitativo após o brutal assassinato de 25 pessoas em Juliaca (Puno). A força do levantamento foi tal que a raiva da população materializou-se numa marcha sobre Lima e em manter a greve nacional até a vitória.

Dois caminhos, um objectivo: derrotar a revolução

Os governadores das regiões reuniram-se a 12 de janeiro para exigir que Boluarte convoque imediatamente eleições como única forma de “acalmar a situação”. Um dos principais veículos da classe dominante, o jornal *La República*, depois de ter justificado e apoiado abertamente o golpe, deu uma volta de 180° proclamando nos seus editoriais: “acabem com a matança”, “eleições já” e pedindo “reformas constitucionais”. Este mesmo jornal publicou uma pesquisa do Instituto de Estudos Peruanos (IEP), um *think tank* privado em cujo financiamento participam diferentes empresas e multinacionais, segundo a qual 69% da população apoia a convocação de uma Assembleia Constituinte já.

Boluarte e o primeiro-minis-

tro Otárola (imposto pela embaixada dos EUA) até agora rejeitaram qualquer proposta que signifique deixar o governo antes de 2024, argumentando que a renúncia levaria o país à “anarquia e ao desgoverno”.

Como em outras crises revolucionárias, uma parte da classe dominante teme que ceder à pressão das massas as encoraje a ir ainda mais longe e que a situação fuja completamente de seu controlo. Outra começa a duvidar que tenham força suficiente para apaziguá-las com a repressão e teme que seguir esse caminho terá o efeito oposto e pode acabar na tomada do poder pelas massas em luta. Diante do que aconteceu no Chile e noutros países, este setor propõe-se cada vez mais a convocar eleições e, inclusive, já começou a falar na possibilidade de organizar uma Assembleia Constituinte.

Neste momento, as reivindicações para fechar o odiado Parlamento, para que saiam todos os corruptos e assassinos, e para elaborar uma nova constituição para substituir a elaborada durante a ditadura de Fujimori, têm um apoio maciço. Mas devemos entender que o que permitiu as massivas privatizações, a destruição dos serviços públicos e o saque das riquezas do país, a propagação da miséria, a opressão e a repres-



são que o povo peruano sofreu durante décadas, é a existência do regime capitalista: a ordem social que garante o poder dos grandes bancos, das multinacionais, da oligarquia fundiária e da casta militar.

A ideia de que uma Assembleia Constituinte, ou seja, outro Parlamento burguês, possa resolver os problemas que esta insurreição colocou sobre a me-

sa, como propõem os dirigentes das organizações políticas e sindicais de esquerda, é um beco sem saída.

A Assembleia Constituinte é uma estratégia à qual as classes dominantes latino-americanas recorreram em diferentes momentos para ganhar tempo e conter o impulso revolucionário das massas. Não é mais do que uma forma eficaz de neutralizar



a possibilidade de transformação da sociedade por meio de eleições parlamentares novamente controladas pelas mesmas instituições corruptas e ao serviço dos capitalistas.

Como aconteceu no Chile, eles usam os debates na constituinte enquanto a propriedade da terra, das fábricas, dos recursos minerais, do petróleo e do gás, bem como o controlo do Estado, permanecem firmemente nas mãos dos mesmos de sempre: os capitalistas e as multinacionais. Um jogo habilidoso para deter, dividir e desmoralizar os oprimidos e, simultaneamente, preparar uma nova ofensiva contra-revolucionária quando as melhores circunstâncias ocorrerem.

Por uma Assembleia Revolucionária para tomar o poder, expropriando a oligarquia! Pelo Socialismo!

A situação no Peru está a chegar a um ponto crítico. A insurreição encostou às cordas o governo assassino de Boluarte. A derrota do golpe e a tomada do poder pelas massas trabalhadoras é uma possibilidade real. Para isso, é fundamental unificar todos os comités, assembleias populares e organizações de luta que surgiram através da eleição de delegados ao nível local, regional e nacional, formando uma Assembleia Nacional Revolucionária dos trabalhadores e oprimidos.

A eleição desta assembleia pelos métodos da democracia dos trabalhadores, permitiria er-

guer um poder alternativo ao apresentado pelo governo golpista e o Parlamento, ou a qualquer outro governo capitalista ou Parlamento burguês que tente substituí-lo, como a Assembleia Constituinte. Uma tarefa urgente e inevitável das organizações de luta que as massas estão a criar em cada cidade é organizar a autodefesa armada e convocar as tropas — formadas por filhos de famílias trabalhadoras e camponesas — para romper com os oficiais corruptos e assassinos ao serviço da oligarquia e aderir à insurreição.

Outra tarefa fundamental dos comités e assembleias é estender a greve geral por tempo indeterminado e ocupar as principais empresas e latifúndios. Só a expropriação das principais alavancas económicas, dos bancos, das empresas, das minas e das explorações de gás e petróleo, sob o controlo democrático dos trabalhadores, pode

garantir condições dignas de vida ao povo e fazer face à actual catástrofe.

Uma Assembleia Revolucionária com este programa e plano de luta é a única forma de estabelecer um governo dos trabalhadores e desmantelar o aparelho de Estado forjado pela classe capitalista que massacra o povo.

As massas latino-americanas demonstraram, país após outro, a sua força e vontade de ir até o fim. Uma vitória num país espalhar-se-ia como fogo para os restantes. Mas alcançar a vitória requer um partido revolucionário com influência e armado com o programa do socialismo internacionalista. Construir este partido no Peru e no mundo é a tarefa chave do momento.





TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO NO BRASIL. AS FORÇAS REACIONÁRIAS ESTÃO DISPOSTAS A TUDO.

Esquerda Revolucionária Internacional

As organizações da classe trabalhadora devem responder com a greve geral contra os fascistas e a oligarquia!

No domingo, 8 de janeiro, milhares de apoiantes do ex-Presidente brasileiro Jair Bolsonaro invadiram simultaneamente o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal de Justiça e o Palácio Presidencial do Planalto, em Brasília. Numa imagem que parecia decalcada do golpe organizado por Donald Trump e

pelos seus seguidores nos EUA, dezenas de milhares de pessoas exigiam que o exército tomasse o poder e derrubasse Lula, eleito presidente do Brasil nas eleições de 30 de outubro de 2022.

As primeiras notícias indicavam mais de 260 detidos e, embora os meios de comunicação capitalistas, secundados pelo próprio governo de Lula, insistam que a situação já está totalmente controlada e apresentam estes acontecimentos como “os últimos estertores do bolsonarismo”, a realidade é muito diferente.

Um golpe sem o apoio da classe dominante?

A estratégia golpista de Bolsonaro não corresponde à sua suposta loucura e desespero. Muito menos demonstra isolamento. Se algo fica claro nesta tentativa golpista é que tem o apoio de sectores decisivos do poder financeiro e industrial e do aparelho de Estado, a começar pelos oficiais do exército e da polícia. Além disso, tem o apoio das milícias, grupos paramilitares ligados ao tráfico de droga, máfias policiais e latifundiários, cujo núcleo duro é composto por

dezenas de milhares de fascistas mobilizados e armados.

Destacam-se pela sua colaboração ao golpe o governador bolsonarista do Distrito Federal (Brasília), Ibaneis Rocha, e o seu chefe de polícia, Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro. Mas estes são apenas a ponta do iceberg. É impossível manter acampamentos fascistas durante meses em frente a quartéis e edifícios públicos exigindo um golpe de Estado, ou mobilizar centenas de autocarros em todo o território nacional em direcção a Brasília para o executar, sem o apoio financeiro e político

co de empresários, banqueiros, proprietários de terras e a complicidade de numerosos governadores regionais e comandantes do exército e da polícia. Jornalistas e testemunhas oculares divulgaram imagens da polícia a tirar selfies com os invasores, e os comandantes ordenaram-lhes que saíssem para os deixar agir. A tudo isto acrescenta-se que altos funcionários do próprio Governo dedicaram apenas 200 efetivos para proteger o Palácio Presidencial antes de uma manifestação convocada há semanas, e na qual a ameaça de um golpe violento era notória.

Se esta tentativa de golpe de Estado não se impôs não é porque um sector maioritário da classe dominante está comprometido com a democracia, como afirmam os líderes do PT e também tomam como certo muitos do PSOL e dos sindicatos. Um argumento de ingenuidade lamentável que nega a realidade.

Os pactos com a direita e o desempenho do Governo Lulista ante o golpe

Toda a classe dominante concorda com o mesmo objetivo: colocar o peso da crise sofrida pelo capitalismo mundial e brasileiro sobre as massas, continuar a atacar os direitos sociais e democráticos e esmagar a mobilização dos trabalhadores e popular. As suas diferenças estão no ritmo e nas táticas para o alcançar.

Um sector esteve decisivamente envolvido nesta primeira ofensiva golpista, enquanto outro ficou na expectativa, à espera para ver como se desenvolvia para decidir. Mesmo as secções da classe dominante que, pelo menos por enquanto, estão a apostar em usar Lula e o PT para parar, desgastar e desmoralizar as massas, deram rédea livre aos golpistas e estão a usar a ameaça de novas tentativas para exigir que Lula vire ainda mais à direita.

Uma das consequências da estratégia de pactos com a direita de Lula e do PT, para “confrontar” Bolsonaro e “defender”

a democracia, tem sido incluir representantes diretos da burguesia no seu governo. Um caso particularmente escandaloso é o do Ministro da Defesa José Múcio. Conhecido pelas suas ligações com os sectores mais reacionários do exército, Múcio declarou-se amigo de Bolsonaro, com quem partilhou partido durante vários anos, e definiu os campos fascistas como “atos que fazem parte da democracia”, reconhecendo a participação neles de “amigos e familiares”. Como não poderia ser de outra forma, a tarefa de que Múcio foi encarregado por Lula de dismantelar os acampamentos foi ignorada e os fascistas deslocaram-se livremente para preparar o seu ataque.

Mas Múcio não está sozinho. O vice-Presidente Alckmin, a Ministra Simone Tebet, candidata da direita na primeira ronda, são representantes proeminentes da burguesia que defendem políticas neoliberais e reacionárias. Outros ministros já deixaram claro que, para não aquecer os ânimos o melhor é renunciar a exi-

gências como o pleno direito ao aborto e outras exigências democráticas e sociais que possam irritar os fascistas.

Como toda a experiência histórica demonstra, e confirma a experiência recente do Peru, estas renúncias e concessões, longe de acalmar a classe dominante e a reação, têm o efeito oposto: desmobilizar e desmoralizar as massas facilitando os planos golpistas.

Os imperialistas contra o golpe?

Outro argumento que os media capitalistas, os líderes do PT e outros sectores da esquerda reformista repetem é a suposta ausência de “apoio externo” ao golpe e a condenação unânime da comunidade internacional. As declarações de Joe Biden e de diferentes porta-vozes do Governo estado-unidense que rejeitam “qualquer ataque à democracia brasileira” são apontadas como provas incontestáveis.





Não há pior cego do que aquele que não quer ver. Como explicamos noutros artigos, no Peru o imperialismo dos EUA — temendo que um golpe prematuro provocasse uma explosão revolucionária e um fiasco como os da Bolívia e da Venezuela — reconheceu Castillo durante um ano e meio, proclamando o seu respeito pela democracia peruana (tal como fazem hoje com o Brasil) enquanto exigia a renúncia a quaisquer medidas de esquerda. Assim que pôde, Washington sacou do velho manual golpista para derrubar o presidente legitimamente eleito nas urnas.

A China é o primeiro importador e exportador do Brasil, alargando ano após ano a distância em relação aos EUA e à UE. É um facto que, perante a delegação estado-unidense, liderada por uma figura secundária e com pouco destaque, a China enviou o vice-Presidente Wang Quixan para a tomada de posse de Lula com uma carta pessoal de Xi Jinping, convidando-o a visitar a China e a fortalecer ainda mais as relações entre os dois países e a aliança dos BRICS.

Lula falou a favor da expansão das relações com a China, ao mesmo tempo que insistiu numa “relação equilibrada e pragmática” com o imperialismo asiático e o seu rival estado-uni-

dense para tentar melhorar a situação do capitalismo brasileiro. Enfatizou igualmente o fortalecimento da CELAC, criada em 2010 pelo seu governo, juntamente com outros países latino-americanos, como uma tentativa de avançar para uma maior integração latino-americana fora da OEA, controlada pelos Estados Unidos. Isto está a anos-luz de uma política anti-imperialista, mas é visto com desconfiança em Washington, que num contexto de luta desenfreada pela hegemonia mundial, é forçado a políticas cada vez mais agressivas contra a China.

Por enquanto, face aos efeitos que um golpe de Estado abertamente fascista causaria em todo o continente num país-chave como o Brasil, Biden e a burguesia estado-unidense preferem jogar a carta da pressão.

A ameaça golpista será usada não só pela burguesia brasileira, mas também pela Casa Branca, para exigir que Lula vire ainda mais à direita, não só nas políticas sociais, mas em todos os terrenos.

Mobilizar a classe trabalhadora com um programa socialista

A insistência dos dirigentes petistas de que têm tudo sob controlo, renunciando à mobili-

zação, é um caminho para o desastre. Só pode facilitar novas tentativas de golpe de Estado, e mais cedo do que tarde a vitória da reação. Para derrotar Bolsonaro e os seus aliados é preciso responder com a máxima contundência: organizar a greve geral e mobilizações de massas contra o golpe, que devem ser promovidas por comités de ação e assembleias de trabalhadores e populares em todos os bairros, locais de trabalho e de estudo. Esta é a tarefa que a esquerda combativa e classista enfrenta nos sindicatos e nos movimentos sociais. Falar da “força” da democracia brasileira é um erro grave: o que deve ser feito é exigir punição exemplar para todos os responsáveis pelo golpe (a começar pelo próprio Bolsonaro e pelos governadores, chefes de polícia, capitalistas e latifundiários que o apoiam) e isto só pode ser imposto através da mais ousada e determinada luta de classes.

Este plano de luta deve estar ligado à defesa de um programa socialista que unifique todas as exigências das massas, que reúna os ativistas do movimento operário e camponês, os sem-terra, os afro-americanos, os povos originários e os trabalhadores imigrantes, organizações que lutam por uma habitação digna, o movimento feminista e LGBTI, ... explicando que é perfei-

tamente possível satisfazer todas estas exigências já hoje numa única condição: a expropriação dos capitalistas, terratenentes e multinacionais, nacionalizando os bancos, as grandes empresas e a terra sob o controlo democrático da classe trabalhadora.

Com este programa, o proletariado brasileiro utilizaria toda a sua força, unindo e mobilizando todos os oprimidos para varrer o fascismo; atrairia sectores das camadas médias empobrecidos pelo capitalismo que, desiludidos com os governos do PT, caíram na desmoralização. Segundo sondagens recentes, 49% votaram em Bolsonaro, mas apenas 20% se declaram bolsonaristas e apoiam o seu programa autoritário e reacionário.

Uma política genuinamente revolucionária apelaria a estes sectores como um íman. É claro que este programa deve incluir a organização da auto-defesa dos trabalhadores, e um apelo à base do exército para organizar comités de soldados contra o fascismo.

O golpe de 8 de janeiro é mais um aviso do que está em jogo. Uma primeira batalha de uma luta que continuará a ser muito dura no próximo período.

ESTUDANTES APOIAM OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO! PELA GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO!



A situação na educação pública é verdadeiramente insuportável. Todos os anos dezenas de milhares de estudantes enfrentamos os mesmos problemas: salas de aula geladas, disciplinas sem professor durante meses — no início do presente ano letivo, 80.000 alunos não tinham professor em pelo menos uma disciplina —, turmas sobrelotadas, para além de todas as dificuldades económicas que as nossas famílias vivem no dia-a-dia.

Os profissionais da educação docentes e não docentes — os que fazem a escola funcionar — sofrem com a precariedade, a elevada carga horária e os baixos salários. Os nossos professores são obrigados a “andar com a casa às costas” todos os anos em concursos injustos, a suportar os gastos incontroláveis na habita-

ção para poderem dar aulas e a viverem enterrados em burocracia. E a falta de técnicos especializados, como psicólogos, agravam os problemas de stress, ansiedade e esgotamento que são cada vez mais comuns entre a nossa classe, particularmente entre os jovens.

O Governo de maioria absoluta do PS, que se reclama progressista e de esquerda, mantém a escola pública num estado deplorável propositadamente. A possibilidade dos diretores de escola escolherem um terço dos professores significa um aprofundamento dos seus poderes e é na realidade um primeiro passo em direção à municipalização do ensino público, ou seja, a privatização do ensino e o fim da escola pública.

Professores, auxiliares, técnicos e estudantes: façamos greve todos juntos!

Esta também é uma luta dos estudantes e de toda a classe trabalhadora! Queremos uma escola e serviços públicos de qualidade! A educação pública é uma vitória da classe trabalhadora, cabe então à nossa classe, aos seus estudantes, professores, trabalhadores lutar contra a precariedade, os baixos salários, a ausência das condições mais básicas. Não queremos simplesmente manter a escola pública como ela agora existe. Queremos uma educação democrática, de classe e de qualidade!

As greves realizadas pelos professores e restantes profissionais da educação e a histórica manifestação do dia 14 de janeiro mostram vontade e determinação para alcançar a vitória. A organização em comités de greve

e a formação de fundos de greve foram passos importantes para manter e ampliar a luta. Mas só isso não é suficiente: é preciso uma greve geral de toda a educação! Só unidos podemos vencer!

Por isso exigimos:

- **Educação pública 100% gratuita e de qualidade, incluindo a universidade; fim à municipalização e nem mais euro para os colégios privados com contrato de associação;**
- **Contratação urgente e com condições dignas de milhares de professores por forma a acabar com as turmas sobrelotadas;**
- **Por uma educação inclusiva e livre de opressões;**
- **Fim das propinas e por mais bolsas de estudo, para que ninguém fique impedido de estudar por razões económicas;**
- **Contratação de mais assistentes operacionais e técnicos especializados para suprir as reais necessidades da comunidade escolar;**
- **Mais democracia nas escolas com a criação de comités de trabalhadores do ensino e estudantes para que a escola seja gerida por nós de forma democrática, a única forma de garantir um ensino de qualidade.**

Junta-te ao Sindicato de Estudantes!



@SindicatoDeEstudantes



@sindestud



@SindEstud